

Publicado no DOE de 08/01/2020, Executivo Seção I - págs. 204 e 205

EDITAL 7-2020-STDARH

Acham-se abertas, nos termos do Despacho 167-2019-RUNESP de 4-12-2019, publicado em 5-12-2019 e republicado em 6-12-2019 e com base na Resolução UNESP 58-2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP 404-2018, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 1 PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao ano letivo de 2020, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Ciência Sociais Aplicadas, sub-área de conhecimento Direito e nas disciplinas: Direito Previdenciário I, Direito da Seguridade Social, Tópicos Especiais dos Direitos Fundamentais, Direito Previdenciário II, junto ao Departamento de Direito Público da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do Câmpus de Franca.

O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R\$ 1.303,16, correspondente à referência MS-2, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas no seguinte endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br/>. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico, emitir o documento bancário e realizar o pagamento da taxa prevista no edital no período de 9 a 29-1-2020, no horário das 0h00 às 23h59.

2.2. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 2 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior que tenham, no mínimo, título de Mestre ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos descritos nos itens 4.1.1 a 4.1.5, em envelope lacrado, pessoalmente ou por intermédio de procurador regularmente constituído ou via postal, até o último dia do prazo para inscrição, na Seção Técnica de Comunicações da unidade universitária:

4.1.1 formulário de inscrição devidamente preenchido (obtido no item 2.1) e assinado, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, instruindo-o com os seguintes documentos, cópias simples frente e verso

4.1.2. cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação e no caso de candidato estrangeiro: cédula de identidade de estrangeiro com visto temporário e na falta desta, o passaporte;

4.1.3. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação. (quando for o caso).

4.1.4. comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 98,00 que deverá ser efetuado no Banco do Brasil - Agência 6520-X - Conta Corrente 7483-7 (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do Câmpus de Franca - CNPJ 48.031.918/0007-10), por meio de depósito bancário identificado ou transferência.

4.1.5. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, em 04 vias, sendo uma delas devidamente documentada (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.2. No caso de inscrição realizada por intermédio de procurador, além da documentação prevista nos itens 4.1.1 a 4.1.5, deverá ser apresentada procuração específica (dispensando o reconhecimento de firma em cartório), juntamente com as cópias simples dos documentos de identificação do candidato e de seu procurador.

4.3. A remessa da documentação em envelope lacrado, deverá ser dirigido para a Seção Técnica de Comunicações no endereço Av. Eufrásia Monteiro Petrágliã, 900 - CEP: 14409-160 - Jd. Dr. Antônio Petrágliã - Franca/SP, sendo considerado a data da postagem. O envelope deverá ser identificado conforme modelo abaixo:

Concurso Público para contratação de Professor Substituto no conjunto de disciplinas Ciência Política, Direito Agrário I, Direito Agrário II, Teoria do Estado

Edital 7/2020-STDARH

Nome: _____

RG/Número de Inscrição: _____

Endereço (* do destinatário) _____

CEP (* do destinatário): _____

4.4. A não entrega dos documentos listados, dentro do prazo previsto no item 4.1, implicará no indeferimento da inscrição.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

OBS: O candidato deverá apresentar os documentos originais, bem como as respectivas cópias para conferência e entrega das mesmas, para posterior análise. As cópias apresentadas não serão devolvidas.

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição.

5.4. O recebimento dos documentos comprobatórios será procedido pela Seção Técnica de Comunicações, após verificação da autenticidade da documentação apresentada, serão encaminhados à Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos - STDARH.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 13-1-2020, a partir das 10 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

6.1.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

6.1.2. O candidato poderá requerer no seguinte endereço eletrônico:

sarh.franca@unesp.br, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA

7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

7.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária depois de encerradas as inscrições.

7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

- a) qualquer candidato com inscrição deferida;
- b) membro da Congregação da Unidade Universitária;
- c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade, no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

- a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;
- b) se a impugnação apresentada não for acolhida;
- c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser protocolada na Seção Técnica de Comunicações dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1. O concurso de provas e títulos constará de três fases:

I - prova escrita, que poderá ter caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme venha a ser estabelecido no edital;

II - prova didática, de caráter classificatório;

III - análise de Curriculum Lattes documentado, de caráter classificatório.

8.2. As provas só terão início depois de publicadas a decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

8.3.1. Nas duas primeiras fases do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

8.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

8.3.3. A análise referida na terceira fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e arguição das fases precedentes, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.3.4. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.3.5. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

9.1. Prova de títulos - Peso 1 - Será avaliado conforme segue:

9.1.1. Titulação acadêmica (peso 2) - Pontuação máxima 10 pontos (apenas será considerada a maior titulação):

Doutorado em alguma das disciplinas do concurso: 10 pontos

Doutorado na sub-área do Direito ou Ciências Jurídicas: 9 pontos

Doutorado na área do concurso (Ciências Sociais Aplicadas): 8 pontos.

Mestrado em alguma das disciplinas do concurso: 8,0

Mestrado na sub-área do Direito ou Ciências Jurídicas: 7,5

9.1.2. Experiência Profissional (Últimos cinco anos) - Peso 1 - Pontuação Máxima - 10 pontos

Docência em curso de graduação (3 pontos por semestre) - Máximo 10 pontos

Docência em programa de Pós Graduação Strictu Sensu (3 pontos por disciplina) - Máximo 10 pontos

Docência em programa de Pós Graduação Lato Sensu (2 pontos por disciplina) - Máximo 10 pontos

Docência em curso de extensão (1 ponto por curso) - Máximo 4 pontos

Docência em curso de curta duração (0,5 ponto por curso) - Máximo 3 pontos

Docência de curta duração (0,5 ponto por curso) - Máximo 3 pontos

Atividade Docente em curso de Graduação: Estágio Docente regulamentado/ certificado pela IES (1 ponto por curso) - Máximo 4 pontos

Atividade Docente em curso de Graduação - Monitoria regulamentada / certificada pela IES (0,5 ponto por atividade) - Máximo 1 ponto

Atividade profissional não acadêmica na área do concurso (1 ponto) - Máximo 1 ponto

Coordenação/Vice de Conselho de Curso de Graduação ou Chefia/Vice de Departamento (2 pontos por ano) - Máximo 4 pontos

Participação em Grupo/Projeto de Pesquisa, Extensão ou Ensino certificado pela IES ou por agência de fomento (1 ponto por participação) - Máximo 4 pontos

Parecerista em Revista acadêmica cadastrada no Qualis Capes (0,5 ponto por atividade) - Máximo 3 pontos

Participação em Bancas de TCC de Graduação ou Especialização certificado pela IES (0,5 ponto por banca) - Máximo 2 pontos

Participação em Bancas de Qualificação ou Defesa de Mestrado e/ou de Doutorado certificado pela IES (1 ponto por banca) - Máximo 3 pontos

Participação em Bancas de Concurso Público (0,5 ponto por banca) - Máximo 2 pontos

Orientações concluídas de TCC de Graduação ou Especialização (0,5 ponto por orientação) - Máximo 2 pontos

Orientações concluídas de Mestrado e Doutorado (1 ponto por orientação) - Máximo 3 pontos

Orientações concluídas de Iniciação Científica certificada pela IES ou por agência de fomento (0,75 ponto por orientação) - Máximo 3 pontos

9.1.3. Atividades Acadêmico-Científicas (Últimos cinco anos) - (Peso 1) - Pontuação Máxima - 10 pontos:

Publicações de livros (ISBN) (5 pontos por livro) - Máximo 10 pontos

Publicações de capítulos de livros (ISBN) (2 pontos por capítulo) - Máximo 10 pontos

Publicações de livros como Organizador (ISBN) (1 ponto por livro) - Máximo 3 pontos

Publicações de periódicos cadastrados no Qualis/CAPES com avaliação B2 ou superior (3 pontos por artigo) - Máximo 10 pontos

Publicações de periódicos cadastrados no Qualis/CAPES com avaliação B3 e inferiores (1 ponto por artigo) - Máximo 4 pontos

Publicações de trabalhos completos em anais de eventos científicos (1 ponto por publicação) - Máximo 3 pontos

Participação em eventos acadêmico-científicos como apresentador de trabalho; coordenador ou debatedor de mesa (0,5 ponto por participação) - Máximo 2 pontos

Membro de Conselho Editorial de periódicos Qualis/CAPES (0,5 ponto por Conselho) - Máximo 1 ponto

Membro de Comissão Organizadora e/ou Comissão Científica de Eventos certificado pelas IES (0,5 ponto por comissão) - Máximo 4 pontos

9.2. Prova Didática - Peso 2

9.2.1. Consistirá de aula teórica em nível de graduação, com duração de no mínimo 40 e no máximo 60 minutos, cujo ponto será sorteado pelos candidatos, com 24 horas de antecedência, de uma lista organizada pela Comissão Examinadora a partir do programa do concurso. O candidato deverá entregar 4 (quatro) vias de seu plano de aula no momento de sua apresentação.

9.2.2. É de responsabilidade da Comissão Examinadora discutir e determinar o desconto ou não de pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo necessário, ou exceder o tempo máximo determinado.

9.2.3. Serão adotados para avaliação os seguintes critérios:

- a) planejamento e organização de aula (até 1 ponto);
- b) clareza expositiva (até 2 pontos);
- c) domínio teórico e conceitual do tema (até 3 pontos);
- d) profundidade na abordagem do tema (até 3 pontos);
- e) adequação da bibliografia indicada à natureza do conjunto de disciplinas em concurso (até 1 ponto)

9.3. Prova Escrita - Peso 1

9.3.1. Caráter Eliminatório – Serão considerado aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 7 (sete).

9.3.2. Versará sobre tema a ser sorteado na presença dos candidatos da lista do programa do concurso, com duração de 2 horas - sendo 1 hora para consulta e até 1 hora para a redação, imediatamente após o sorteio do ponto. O candidato deverá portar o material a ser utilizado para consulta, no momento estabelecido para início do concurso.

9.3.3. Serão utilizados os seguintes critérios para avaliação e pontuação:

- profundidade do tema (até 5 pontos)
- domínio temático (até 2 pontos)
- desenvolvimento sobre o tema (até 1 ponto)
- bibliografia consultada (até 2 pontos)

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
- tenha obtido a maior média geral na análise curricular, no item “Experiência Profissional”, e
- tenha obtido a maior média geral na Prova Didática.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação, nas seguintes hipóteses:

I - contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II - do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.4, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. A legitimidade para a interposição de recursos é exclusiva de candidato, podendo ser feita pessoalmente ou por procuração.

11.4. Os recursos terão a forma escrita e deverão ser protocolados na Seção Técnica de Comunicações.

11.5. Aplicam-se as exigências documentais da cláusula 4.2, caso a interposição do recurso seja feita por procurador.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração.

12.4. comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

12.5. comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

12.7. Não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original oficial com foto.

13.5. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.

13.6. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.7. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br, referente ao presente concurso.

13.8. O Curriculum Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

13.9. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.10. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.11. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

13.12. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

13.13. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.14. Qualquer membro da Congregação da Unidade Universitária, no caso do Câmpus Experimental ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

PROGRAMA

1 - Princípios da seguridade social na CF/88.

2 - As modalidades de Assistência Social previstas na Constituição Federal de 1988.

3 - O Sistema Previdenciário Nacional: organização e estrutura.

4 - O Regime Geral de Previdência Social.

5 - Formas de financiamento e regimes financeiros da Previdência Social.

6 - Contribuições previdenciárias.

7 - Processo judicial previdenciário.

8 - Direitos Fundamentais, Direitos Sociais e Políticas Públicas.

9 - Formulação e Implantação das Políticas Públicas

10 - Política social e política econômica.

BIBLIOGRAFIA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO I

AFONSO, Luís Eduardo. *Um estudo dos aspectos distributivos da previdência social no Brasil*. Tese (Doutorado em Economia). São Paulo: FEA/USP. 2003.

ALVES, Hélio Gustavo. *Habilitação e reabilitação profissional: obrigação do empregador ou da previdência social?* SP: LTr, 2015.

BALERA, Wagner. *Noções preliminares de direito previdenciário*. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

_____; MUSSI, Cristiane Miziara. *Direito previdenciário*. Série Concursos Públicos. 11.ed. Método, 2015.

BALTAZAR JÚNIOR, José P.; ROCHA, Daniel Machado da. *Comentários à lei de benefícios da previdência social*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CASTRO, Carlos A. P.; LAZZARI, João B. *Manual de direito previdenciário*. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

EDUARDO, Ítalo Romano; EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. *Curso de direito previdenciário: teoria, jurisprudência e questões*. 11.ed. SP: Método, 2015.

FARINELLI, Alexandro Menezes; SILVA, Fábio Agostinho da; SILVA, Juliana Novaes Souto da. *Perícias médicas e benefícios previdenciários*. 2 ed. 2015.

FIGUEIRA, Adriano Almeida Figueira. *Revisão judicial do valor dos benefícios previdenciários*. 3.ed. SP: Impetus, 2011.

FOLMANN, Melissa; SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio. *Previdência social: em busca da justiça social*. São Paulo: LTr, 2015.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Desapontação: o caminho para uma melhor aposentadoria*. 5.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

_____. *Curso de direito previdenciário*. 20.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

KERBAUY, Luis Rodrigues. *Ação regressiva e seguro*. SP: LTr, 2015.

KOVALCZUK FILHO, José E. *A função social da proteção previdenciária aos trabalhadores rurais*. SP: LTr, 2015.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Curso de direito previdenciário, Tomos I, II, III e IV*. São Paulo: LTr, 2010.

_____. *Tratado prático da pensão por morte*. 2.ed. SP:LTr, 2015.

_____. *Aposentadoria especial*. 7.ed. São Paulo: LTr, 2015.

NETTO, Juliana Presotto Pereira. *A previdência social em reforma: o desafio da inclusão de um maior número de trabalhadores*. São Paulo: LTr, 2002.

SALVADOR, Sérgio H.; AGOSTINHO, Theodoro V. *Desapontação: aspectos teóricos e práticos*. 3.ed. São Paulo: LTr, 2015.

SILVA, Júlia Lenzi. *Processo judicial previdenciário e política pública de previdência social*. Juruá, 2015.

SOARES, João Marcelino. *Enunciados e súmulas previdenciárias*. SP: LTr, 2015. TAVARES, Marcelo Leonardo. *Direito previdenciário*. 15.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. THOMPSON, Lawrence. *Mais velha e mais sábia: a economia das aposentadorias públicas*. Washington, DC: Ed. Do Instituto Urbano, 1998.

VIANNA, Cláudia S. V. *Previdência social: custeio e benefícios*. 3.ed. São Paulo: LTr, 2014.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO II

BALERA, Wagner. *Sistema de seguridade social*. São Paulo: LTR, 2000.

_____. *Noções preliminares de direito previdenciário*. São Paulo: Quartier Latin, 2004. BRASIL. *Reunião especializada: técnicas atuariais e gestão financeira*. Brasília, MPAS / SPS 2001.

_____. *Matemática atuarial de sistemas de previdência social*. Brasília, MPAS / SPS 2002.

_____. *Cobertura Previdenciária: diagnóstico e sugestões*. Brasília, MPAS / SPS 2003.

_____. *Base de financiamento da previdência social: alternativas e perspectivas*. Brasília, MPAS / SPS 2003.

CABRAL, Nazaré da Costa. O financiamento da segurança social e suas implicações redistributivas. Lisboa: Associação Portuguesa de Segurança Social, 2001.

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. Determinantes da sustentabilidade e do custo previdenciário: aspectos conceituais e comparações internacionais (texto para discussão nº 1226). Brasília: IPEA, 2006.

CASTRO, Carlos A. P.; LAZZARI, João B. Manual de direito previdenciário. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CLEMENT, Felipe ; RIBEIRO, Juliana de Oliveira Xavier. Prática previdenciária para empresas. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

Eduardo, Ítalo Romano; Eduardo, Jeane Tavares Aragão. Curso de direito previdenciário: teoria, jurisprudência e questões. 11.ed. SP: Método, 2015.

GENTIL, Denise Lobato. A falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil, Tese (Doutorado em Economia). Rio: UFRJ, 2007.

GIAMBIAGI, Fábio. Reforma da Previdência, Rio: Campus, 2007.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. A retenção na fonte como obrigação instrumental: aplicações no custeio previdenciário. SP: Impetus, 2008.

_____. Curso de direito previdenciário. 16.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

LEITE, Celso Barroso. Filantropia e contribuição social. São Paulo: LTr, 1998.

KERTZMAN, Ivan. A desoneração da folha de pagamento. São Paulo: LTr, 2012.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário, Tomos I, II, III e IV. São Paulo: LTr, 2010.

_____. Princípios de direito previdenciário. São Paulo: LTr, 4ª edição, 1998.

MARTINEZ, Wladimir Novaes; BALERA, Wagner; MARTINS, Ives G. S. História, custeio e constitucionalidade da previdência social: homenagem a ARMANDO CASIMIRO COSTA. São Paulo: LTr, 2015.

NOGUEIRA, Rio. A Crise Moral e Financeira da Previdência Social. São Paulo: Difusão Editorial, 1985.

SILVA, Júlia Lenzi. Processo judicial previdenciário e política pública de previdência social. Juruá, 2015.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário. 15.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

VIANNA, Cláudia S. V. Previdência social: custeio e benefícios. 3.ed. São Paulo: LTr, 2014.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL.

AITH, Fernando Mussa Abujamra. Teoria geral do direito sanitário brasileiro – vol. I. Tese (Doutorado em Saúde Pública). USP – Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2006.

ALMANSA PASTOR, José M. Derecho de la seguridad social. 7.ed. Madrid: Tecnos, 1991.

AMARAL, Gustavo. Direito, escassez e escolha: em busca de critérios jurídicos para lidar com a escassez de recursos e as decisões estratégicas. Rio: Renovar, 2000.

ASSIS, Armando de Oliveira. Em busca de uma concepção moderna de risco social. Revista de Direito Social. N.14. São Paulo: Notadez, 2005.

BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social. São Paulo: LTR, 2000.

BARCELLOS, Ana Paulo de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio: Renovar, 2002.

BEVERIDGE, Lord William. O Plano Beveridge: Relatório sobre o Seguro Social e Serviços Afins (Tradução de Almir de Andrade). Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

BLASCO LAHOZ, José Francisco, LÓPEZ GANDÍA, Juan e MOMPARDLER CARRASCO, Maria Angeles. Curso de Seguridad Social. 13.ed. Valencia: Tirant, 2006.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Seminário Internacional Sistemas de Seguro Contra Acidentes do Trabalho nas Américas. Brasília, MPAS / SPS 2000.

_____. A Economia Política da Reforma da Previdência. Brasília, MPAS / SPS 2001.

_____. Seminário Regional sobre Reformas dos Sistemas de Pensão na América Latina. Brasília, MPAS / SPS 2001.

_____. A Demografia dos Fundos de Pensão. Brasília, MPAS / SPS 2007.

CHAUCHARD, Jean-Pierre. Droit de La Sécurité Sociale. 4.ed. Paris: LGDJ, 2005.

CHEVALLIER, Jacques. L'Etat Post-Moderne. Paris: LGDJ, 2003.

CHIRINOS, Bernabé L. Tratado Teórico-Práctico de La Seguridad Social. Buenos Aires: Quorum, 2005.

GIAMBIAGI, Fábio. Reforma da Previdência, Rio: Campus, 2007.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Benefícios previdenciários das pessoas com deficiência. SP: LTr, 2014.

MARTINS, Bruno Sá Freire Martins. Direito constitucional previdenciário do servidor público. SP: LTr, 2014.

PÓVOAS, Manuel Sebastião Soares. Previdência Privada. Filosofia, Fundamentos Técnicos, Conceituação Jurídica. 2.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. A Crise do Estado-Providência, Goiânia: UNB, 1997.

_____. A Nova Questão Social – Repensando o Estado Providência(Tradução de Sérgio Bath). Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERAU JR, Marco Aurélio; COSTA, José Ricardo C. Benefício assistencial: temas polêmicos Lei n. 8742/93. SP: LTr, 2015.

STEPHANES, Reinhold. Reforma da Previdência. Rio de Janeiro: Record, 1998.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Previdência e assistência social: legitimação e fundamentação constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

_____.(Coord.) A Reforma da Previdência Social. Rio: Lumen Juris. 2005.

TÓPICOS ESPECIAIS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.

AITH, Fernando. Políticas Públicas de Estado e de Governo: Instrumentos de Consolidação do Estado Democrático de Direito e da Promoção dos Direitos Humanos. In: bucci, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 217 – 245.

ARNAUD, André-Jean CAPELLER, Wanda. Cidadania e Direito à Saúde. In: COSTA, Alexandre Bernardino et alii (org.). O Direito Achado na Rua – Introdução Crítica ao Direito à Saúde. Brasília: CEAD/UnB, 2009, p. 31 – 47.

ARRETCHE, Martha, MARQUES, Eduardo. Condicionantes locais da descentralização das políticas de saúde. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta, MARQUES, Eduardo (org.). Políticas Públicas no Brasil. Editora Fiocruz.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de Deliberação Democrática: uma Análise do Orçamento Participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura S.. Democratizar a Democracia – os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 561 – 597.

BAMBINI DE ASSIS, Luiz Gustavo. Orçamento público e processo legislativo. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 181 – 230.

BERCOVICI, Gilberto. Planejamento e políticas públicas: por uma nova compreensão do papel do Estado. In BUCCI. Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 143 – 161.

_____. Política Econômica e Direito Econômico. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 105, p. 389 – 406, jan./dez. 2010.

BERMÚDEZ, Ximena Pamela et alii. O Sistema Único de Saúde, uma retrospectiva e principais desafios. In: COSTA, Alexandre Bernardino et alii (org.). O Direito Achado na Rua – Introdução Crítica ao Direito à Saúde. Brasília: CEAD/UnB, 2009, p. 113 – 126.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e Políticas Públicas. São Paulo; Saraiva, 2002.

_____. Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari, MELLO, Paula Branco. Democratização e acesso à educação superior - parte I. Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil-GEA. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, Opinião ns. 7 e 8, 2013.

CARDOSO, Larissa Barbosa, SILVA JÚNIOR, Geraldo Edmundo. Grupos de Interesse, Eleições e Redes Políticas no Congresso Nacional. In: IPEA. Planejamento e Políticas Públicas - PPP, N° 41, p. 239 - 270, jul / dez 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131220_ppp41.pdf. Acesso em: 06/03/2014.

CAVALCANTI, Rosangela Batista. Avanços e Desafios da Participação Social no Brasil. In: DANTAS, Humberto, MARTINS JÚNIOR, José Paulo (orgs.). Introdução à Política Brasileira. São Paulo: Paulus, 2007, p. 141 - 154.

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o Juízo de Constitucionalidade de Políticas Públicas. Revista dos Tribunais, ano 86, v. 737, p. 11 - 22, mar. 1997.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito Público Subjetivo e Políticas Educacionais. In: bucci, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 267 - 277.

FARIA, José Eduardo. Direito e Justiça no Século XXI: a Crise da justiça no Brasil, texto preparado para o seminário Direito e Justiça no Século XXI, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, de 20 de maio a 1º de junho de 2003, 40p. .

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Políticas Públicas: Definição, Evolução e o Caso Brasileiro. In: DANTAS, Humberto, MARTINS JÚNIOR, José Paulo (orgs.). Introdução à Política Brasileira. São Paulo: Paulus, 2007, p. 203 - 214.

FRANCO, Augusto de. A Nova Sociedade Civil e seu Papel Estratégico para o Desenvolvimento. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED), 2003.

FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. Políticas Públicas: A Responsabilidade do Administrador e o Ministério Público. São Paulo: Max Limonad, 2000.

GASPARDO, Murilo. Judicialização do Fornecimento de Medicamentos: entre a Concretização e a Violação do Direito à Saúde. In: DUARTE NETO, José (Org.). Temas de Direito Público - Volume III. Franca: Cultura Acadêmica, 2014, p. 135 e ss..

LOPES, José Reinaldo de Lima. A Função Política do Poder Judiciário. In Faria, José Eduardo (org.). Direito e Justiça - A Função Social do Judiciário, São Paulo, Ática, 1989, pp. 123 - 144.

_____, Crise da Norma Jurídica e Reforma do Judiciário, in Faria, José Eduardo (org.), Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça, São Paulo, Malheiros, 1998, pp. 68 - 93.

_____, Direito Subjetivo e Direitos Sociais: O Dilema do Judiciário no Estado Social de Direito. In Faria, José Eduardo (org.), Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça. São Paulo: Malheiros, 1998, pp. 113 - 143.

LOPES, Luckas Sabioni, TOYOSHIMA, Silvia Harumi. Evidências do Impacto da Corrupção sobre a Eficiência das Políticas de Saúde e Educação nos Estados Brasileiros. n: IPEA. Planejamento e Políticas Públicas - PPP, N° 41, p. 209 - 238, jul/dez 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131220_ppp41.pdf. Acesso em: 06/03/2014.

MACEDO JR., Ronaldo Porto. O conceito de direito social e racionalidades em conflito: Ewald contra Hayek. In: MACEDO JR., Ronaldo Porto. Ensaios de Teoria do Direito. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 57 - 107.

MÂNICA, Fernando Borges. Panorama Histórico-Legislativo do Terceiro Setor no Brasil: do Conceito de Terceiro Setor à Lei das OSCIP. In: OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Terceiro Setor, Empresas e Estado - Novas Fronteiras entre o Público e o Privado. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 163 - 194.

MONTEIRO, Jorge Vianna. A conjuntura das escolhas públicas. In: RAP - Rio de Janeiro, N.º 42 (6), p. 1237 - 1248, nov./dez./2008.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil. São Paulo: Cortez, 2004. P. 77 - 116.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Gestão Privada de Recursos Públicos para Fins Públicos: o Modelo das OSCIP. In: OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Terceiro Setor, Empresas e Estado - Novas Fronteiras entre o Público e o Privado. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 213 - 259.

OLIVEIRA, Mariana Siqueira de Carvalho. Fragmentos de discursos construídos a várias vozes: notas sobre democracia, participação social e Conselhos de Saúde. In: COSTA, Alexandre Bernardino et alii (org.). O Direito Achado na Rua – Introdução Crítica ao Direito à Saúde. Brasília: CEAD/UnB, 2009, p. 167 – 178.

OLIVINDO, Karoline Aires Ferreira, ALVES, Sandra Mara Campos, ALBUQUERQUE, Simone Aparecida (org.). Olhares sobre o Direito à Assistência Social. Brasília: Fiocruz, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015.

PEDRINI, Dalila Maria, ADAMS, Telmo, SILVA, Vini Rabassa da. Controle Social e Fortalecimento da Democracia Participativa. In PEDRINI, Dalila Maria, Adams, Telmo, SILVA, Vini Rabassa da (orgs.). Controle Social de Políticas Públicas. São Paulo: Paulus, 2007, p. 223 – 237.

PEREZ, Marcos Augusto. A Participação da Sociedade na Formulação, Decisão e Execução das Políticas Públicas. In: bucci, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 163 – 177.

PIKETTY, Thomas. O Capital no Século XXI. Trad. Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

REIS, Jorge Renato dos, LEAL, Rogério Gesta (org). Direitos Sociais e Políticas Públicas: Desafios Contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNSC, 2006.

SANO, Hironobu, ABRUCIO, Fernando Luiz. Promessas e Resultados da Nova Gestão Pública no Brasil: o Caso das Organizações Sociais de Saúde em São Paulo. In: RAE – Revista de Administração de Empresas, V. 48, N. 3, p. 64 – 80, jul./set., 2008.

SANTOS, Boaventura S.. Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma Democracia Redistributiva. In: SANTOS, Boaventura S.. Democratizar a Democracia – os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 455 – 559. SANTOS, Boaventura S., AVRITZER, Leonardo. Para Ampliar o Cânone Democrático. In: SANTOS, Boaventura S.. Democratizar a Democracia – os Caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Vini Rabassa da. Controle Social de Políticas Públicas – Uma Reflexão sobre os Resultados da Pesquisa. In PEDRINI, Dalila Maria, Adams, Telmo, SILVA, Vini Rabassa da (orgs.). Controle Social de Políticas Públicas. São Paulo: Paulus, 2007, p. 179 – 205.

SOARES, Sergei, SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa-Família: Desenho Institucional e Possibilidades Futuras. In: CASTRO, Jorge Abrahão de, MODESTO, Lúcia (org.). Bolsa Família 2003 – 2010: Avanços e Desafios. Brasília: IPEA, 2010. p. 25 – 56. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1_pdf. Acesso em: 05/03/2013.

SOUZA, Jessé. Ralé Brasileira – Quem é e como Vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 15 – 122. 2010. Disponível em: < [file:///C:/Users/murilo/Downloads/C%C3%A9lioTurino-04-A1 Final-Baixa.pdf](file:///C:/Users/murilo/Downloads/C%C3%A9lioTurino-04-A1%20Final-Baixa.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2015.

VARELA, Guilherme. Plano Nacional de Cultura – Direitos e Políticas Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

Proc. 1319-2019-FCHS-CF